



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

B-2

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 2015

Jornal da Cidade CIDADES

Estado já licita projeto para reformar a Rodoviária Velha

Promotoria do MP acompanha situação e decide arquivar Ação Civil Pública

Paulo Rolemberg
DA EQUIPE JC

A Promotora de Justiça da Promotoria dos Direitos do Consumidor, Euza Missano, decidiu arquivar, inicialmente, o ajuizamento de uma Ação Civil Pública contra o Estado de Sergipe referente à situação do Terminal Rodoviário Luiz Garcia (Rodoviária Velha) localizado no centro da capital sergipana. A decisão foi tomada após audiência com representantes da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra) que deu a garantia do início das obras de reforma do espaço.

Segundo a representante da Seinfra, Rita Daniella Guerrieri, o projeto de reforma do Terminal Rodoviário Luiz Garcia já foi concluído, com aprovação da Procuradoria Geral do Estado (PGE), e já se encontra em processo licitatório. Ela garantiu que todo o procedimento de reforma será apresentado ao Ministério Público



TERMINAL Rodoviário Luiz Garcia (Rodoviária Velha) atende aracajuanos

até completa conclusão.

Guerrieri informou ainda que na reforma, o Terminal terá indicação ostensiva das linhas e terminais de “parada” dos veículos que realizam o transporte intermuni-

cipal de passageiros, o que evitará a situação, atualmente existente, com acúmulo de veículos e usuários, sem ordenamento. “Serão respeitados os direitos dos usuários, à segurança e continuidade

dos serviços realizados”, garantiu.

Durante a reforma da “Rodoviária Velha”, o terminal de ônibus Fernando Sávio, conhecido como “Terminal do Centro” será, temporariamente, desativado. As linhas de ônibus urbanos serão transferidas de forma provisória para a avenida Rio Branco, em local que será, posteriormente, definido pela Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT). A ideia é que este terminal deixe de funcionar, em breve, sendo transferido para uma área nas proximidades do Mercado Municipal Albano Franco.

Com a garantia de reforma, a promotora de Justiça Euza Missano decidiu arquivar o inquérito civil como também o ajuizamento de uma Ação Civil Pública contra o Estado para exigir uma reforma no local. Porém, um possível descumprimento do acordo feito na audiência ocorrida ontem, 23, o MPE poderá reabrir um pedido de ajuizamento de ACP.

Andre Moreira